

O ENQUADRAMENTO SOCIAL E ECONÓMICO  
DAS PRIMEIRAS FUNDAÇÕES FRANCISCANAS  
EM PORTUGAL



Nicho com forro de azulejos policromos,  
com a Imagem de Santo António. Séc. XVII.  
Claustro do Convento de Varatojo. Torres Vedras.

Devo confessar a minha hesitação ao abordar o terreno da vida religiosa franciscana e do mundo urbano medieval. Até aqui raramente me tenho aventurado para fora da vida monástica e do mundo rural. Ora, na Idade Média, os contrastes entre estas zonas são muito grandes. Não quis, no entanto, deixar de responder à amável solicitação do Secretário deste Congresso, meu querido Amigo e Colega de Lovaina, o P.<sup>o</sup> António Montes Moreira. De resto, também me estimulou uma certa curiosidade. Senti-me como o viajante em terra desconhecida, como o campónio que se passeia, admirado e perplexo, todo ele olhos e ouvidos, para captar as maravilhas fascinantes da cidade.

Receando não apreender bem o que se passava, temendo faltarem-me os enquadramentos e a percepção das instituições, tentei as visões globais, refugiei-me no domínio dos números e dos grandes movimentos. Lembrei-me do inquérito começado a fazer nos anos 70 por Jacques Le Goff, que projectava, nessa altura, abordar a história urbana medieval da França por intermédio da documentação mendicante (<sup>1</sup>). O trabalho colectivo por ele proposto creio não ter sido levado a cabo por razões que desconheço, mas o ponto de partida parece-me ser correcto, e o método, em princípio, eficaz. É evidente que não pretendo realizar para Portugal o que Le Goff não conseguiu fazer para a França. Mas simplesmente inspirar-me em duas ou três questões que ele se propunha resolver com os testemunhos provenientes dos conventos urbanos.

Com efeito, o fenómeno mendicante, toda a gente o sabe, apesar das suas raízes e frequentes contactos com o eremitismo, é um fenómeno urbano. A simples contagem do número de conventos é um indicativo do volume da população citadina e a sua cronologia tem significado importante para reconstituir a respectiva evolução. A presença ou ausência de conventos é, só por si, expressiva das características da cidade. Ora estes dois pontos — o volume da população urbana, com a possibilidade de formar uma ideia da sua evolução através dos tempos, e a tipologia das diversas cidades — são questões extremamente importantes em História, e para a resolução das quais se torna necessário utilizar toda a espécie de recursos indirectos, dada a ausência de documentos estatísticos em Portugal antes do princípio do século xv.

O meu plano será muito simples. Procurarei, em primeiro lugar, averiguar a relação entre os locais onde foram fundados os conventos franciscanos e as suas características urbanas, para tentar explicar as razões da presença ou da ausência dos frades nas cidades portuguesas até ao fim do século xiii. Em segundo lugar, tentarei ver se há alguma relação entre a cronologia das fundações e a evolução do mundo urbano

português. Os problemas da estrutura do tecido urbano estarão presentes na primeira parte, os da conjuntura, na segunda.

## I

Começarei, pois, por examinar o problema no seu conjunto. Como se sabe, uma das poucas fontes que permitem calcular, em termos relativos, o volume da população urbana portuguesa antes do fim do século XIV, é o rol dos tabeliães de 1290, mandado fazer por D. Dinis. Trata-se de um conjunto de documentos cujo aproveitamento foi feito, com a maior perspicácia, por A. H. de Oliveira Marques em 1958 (2). Partindo do princípio de que o número de tabeliães estipulado para cada povoado é proporcional ao da população, ou pelo menos ao volume das transacções e actos jurídicos, fica-se com uma imagem relativamente precisa da distribuição dos centros urbanos naquela época.

Ora, retendo dessa lista apenas as povoações que têm mais de cinco tabeliães, isolamos as seguintes: Guarda, Covilhã, Coimbra e Évora com 5, Bragança com 6, Guimarães com 7, e, depois, a maior distância, Santarém com 15 e Lisboa com 21. Salta imediatamente à vista que, neste grupo, em lugar impossível de calcular, deviam estar também outros centros, como o Porto e Braga. A razão é que se trata de duas cidades sujeitas a senhorios eclesiásticos, isentas da autoridade régia e cujos tabeliães não eram, portanto, postos pelo rei. Ora bem, todas estas cidades tiveram os seus conventos franciscanos, com excepção de Braga, onde apenas se estabeleceu um hospício, em 1273 (3). Não há dúvida, portanto, de que os frades menores procuravam os maiores aglomerados urbanos. Isto confirma-se pelo facto de também se terem fundado conventos dominicanos em quase todos eles, isto é, em Guimarães, Coimbra, Lisboa, Santarém, Évora e Porto. Quer dizer, em todas as cidades com mais de 7 tabeliães e em algumas das outras. Outra confirmação, ainda, para o volume da população urbana, as duas maiores cidades, Lisboa e Santarém, tiveram também conventos femininos, tanto de clarissas como de dominicanas. Como vimos, deviam ser cidades com o dobro ou o triplo de outra cuja importância podemos também calcular e que vem imediatamente abaixo, Guimarães.

Nos centros com três ou quatro tabeliães, a presença de franciscanos já não é de regra. Estão ausentes de Ponte de Lima, Trancoso, Lafões, Torres Vedras, Óbidos, Torres Novas e Elvas, mas presentes em Lamego, Leiria, Alenquer e Estremoz. Destes, só um, Elvas, teve um convento dominicano e nenhum franciscano (4). Dir-se-ia que das cidades do centro, os frades menores preferem as do interior (Guarda e Covilhã); do grupo da Estremadura se contentam com Lisboa, Alenquer e Santarém, e do do Alentejo com Évora e Estremoz. No conjunto, mais de dois terços dos conventos se situam a sul do Mondego, isto é, nas cidades de origem muçulmana. São cidades mais concentradas, com actividades económicas que poderíamos classificar de mais modernas do que as do Norte, isto é, com uma economia produtiva e de trocas mais intensa, enfim, com um tecido urbano menos penetrado pelo meio rural circundante.

A preferência por estes centros compreende-se: há neles menos instituições religiosas tradicionais, maiores carências no campo da cobertura religiosa paroquial, mais gente deslocada que vai chegando dos campos. Esta afluência às cidades, expulsa pela rigidez do sistema senhorial, em torrentes migratórias que a demografia crescente alimenta, e que são atraídas pela maior abundância de dinheiro. É esta, creio eu, a regra, o enquadramento habitual, mas ela não exclui, evidentemente, a actuação de motivos fortuitos e imediatos, como a protecção da infanta D. Sancha em Alenquer (5), as posturas ou simpatia dos concelhos, como no Porto, na Covilhã ou em Beja (6).

Outras circunstâncias, pelo contrário, dificultam a implantação conventual: as vicissitudes sofridas pelos frades menores no Porto e Guimarães, as oposições encontradas em Leiria e Estremoz, a impossibilidade de fundar um verdadeiro convento em

Braga — têm um denominador comum: todos estes centros pertencem totalmente ou estão sob forte influência de senhorios ou instituições eclesiásticas que detêm o monopólio ou quase monopólio das estruturas civis e religiosas de tais lugares: em Braga e no Porto, há os coutos dos respectivos bispos; Leiria pertence à jurisdição de Santa Cruz de Coimbra; Guimarães sofre a maior influência dos Cónegos da sua Colegiada; Estremoz pertence em boa parte à ordem militar de Avis. Dificuldades mas não incompatibilidade, excepto em Braga. A atracção franciscana pelos centros onde são necessários acaba por vencer todas estas dificuldades.

As dificuldades e oposições compreendem-se facilmente. A mobilidade e o dinamismo franciscanos, o facto de as suas propriedades pertencerem juridicamente à Santa Sé, e, portanto, serem isentas de imposições fiscais civis e eclesiásticas, a sua organização supranacional — tudo isto criava obstáculos graves ao monopólio do poder que aquelas instituições exerciam a nível local. Monopólio, de resto, que provocava outras dificuldades e contradições bem conhecidas e que revelam a própria impossibilidade prática de o regime senhorial se adaptar à evolução económica e social das cidades: todos conhecem as revoltas dos burgueses do Porto contra os respectivos bispos. As das gentes de Guimarães contra o arcebispo de Braga e dos clérigos de Leiria contra o Mosteiro de Santa Cruz é que são menos conhecidas, mas não menos significativas. Os franciscanos associam-se, portanto, voluntária ou involuntariamente, mas sobretudo pela própria natureza das coisas, aos factores que causaram a desagregação do poder senhorial nos centros urbanos.

É curioso verificar também que naqueles lugares onde ele se manteve mais firmemente, os franciscanos não conseguiram fundar um simples hospício, como em Braga. Este fenómeno tem, portanto, uma outra face: a paralisação do desenvolvimento urbano. Tais cidades não chegam nunca a tornar-se centros de grande importância económica ou administrativa.

Diga-se de passagem que os franciscanos não encontraram oposições apenas naquelas cidades. Também sofreram represálias por parte do Bispo de Lisboa. Mas estas creio se devem considerar passageiras, fruto de circunstâncias ocasionais e não das características peculiares de determinados centros urbanos.

Tudo isto significa, creio eu, numa primeira aproximação — mas gostaria de ouvir a opinião dos especialistas — que os frades menores procuravam os maiores aglomerados urbanos porque eram o terreno mais propício para o apostolado, tal como eles o concebiam. Tentando agora averiguar fenómenos mais específicos, gostaria de apresentar como hipótese explicativa da presença franciscana em alguns lugares, a sua preferência, nesta época, e sobretudo até 1250 ou 1260, pelos lugares onde encontravam uma maior quantidade de pobres, marginais e sem trabalho ou mal remunerados. Não encontro outra explicação óbvia para a sua presença precoce na Guarda e na Covilhã, e a sua preferência por estas cidades em vez, por exemplo, de Trancoso, que por esta altura tinha também uma população importante. Para fundamentar esta interpretação recorro agora a outros indicativos urbanos: 1) o número das igrejas, que conhecemos através de um rol mandado fazer por D. Dinis em 1320-1321, e publicado há muito tempo por Fortunato de Almeida, infelizmente sobre uma cópia tardia e decerto não muito fiel; 2) as deslocações dos reis Afonso III e D. Dinis, cujos itinerários foram já publicados; 3) a existência de comunas judaicas, que como se sabe se situam em meios urbanos e são atraídas preferencialmente por lugares onde a circulação monetária é intensa (7).

Verificamos assim que Trancoso tem umas nove igrejas com um rendimento de 645 libras, ao passo que a Guarda possui um número semelhante de igrejas, além da catedral, mas com um rendimento apenas de 235 libras. Na Covilhã, é difícil distinguir as igrejas urbanas das rurais, mas aparentemente há um número ainda superior, umas doze, com um rendimento também considerável, de 1.145 libras. Ora existem

comunas judaicas em Trancoso e na Guarda, sendo esta, parece, mais importante, mas não na Covilhã. O rei Afonso III visita a Guarda com certa frequência, mas não consta que tenha estado em Trancoso nem na Covilhã. D. Dinis fez da Guarda e Trancoso os dois pólos das suas frequentes deslocações à Beira interior, mas esteve muito pouco tempo na Covilhã.

Prescindindo, portanto, da indicação do rendimento e do número das igrejas da Covilhã, pouco concorde com estas informações, tudo parece indicar que, durante a segunda metade do século XIII e o princípio do século XIV, Trancoso é uma povoação importante e provavelmente bastante rica ao passo que a Guarda e Covilhã possuem decerto muitos habitantes, mas menos recursos. Com efeito, Trancoso e a Guarda atraem o rei e os Judeus, mas Covilhã nem um nem outros. A Guarda, porém, não deve atrair o rei pela sua prosperidade material, mas pela presença do bispo.

Estas tendências, de resto, acentuam-se durante o século XV: a judiaria de Trancoso não cessa de ganhar importância, enquanto a da Guarda definha (\*). Mas se examinamos o rol dos besteiros do conto do princípio do mesmo século, verificamos que Trancoso fornece 18, Covilhã 30 e a Guarda 50 (\*\*). Quer dizer, a prosperidade material não coincide sempre com o volume da população. Se aquela justifica a importância de Trancoso, é esta que explica a da Covilhã e da Guarda.

Grande quantidade de gente em centros não muito dotados do ponto de vista material não pode deixar de implicar a existência de maior número de pobres, marginais, deslocados, trabalhadores mal pagos e mal alojados. São estes e não os comerciantes ricos os que os franciscanos procuram, na Guarda e na Covilhã. Esta hipótese confirma-se ainda com outras observações de tipo conjuntural que apresentaremos na segunda parte.

Nos casos dos conventos destas duas cidades da Beira podemos, portanto, encontrar uma série de indícios convergentes para mostrar certas características urbanas que explicam a preferência dos franciscanos por estes lugares. Se tal associação é de regra, poderá justificar também as fundações de Leiria, Portalegre, Estremoz, Beja ou mesmo Bragança. Situar-se-iam em povoações de importância sensivelmente igual às de Lafões, Torres Vedras, Óbidos, Torres Novas e Elvas. Naquelas, porém, haveria, na minha hipótese, maiores contrastes sociais, uma percentagem maior de deslocados, marginais e pobres, menores recursos por comparação com o volume de habitantes. Hipótese de trabalho que deveria ser confirmada ou não com uma série de indícios convergentes que nem sempre é fácil obter. Deixaremos, portanto, aos futuros investigadores da vida urbana portuguesa o cuidado de averiguar em que casos se verifica efectivamente a regra geral aqui proposta.

Deixando agora de lado as diferenças entre os centros secundários, podemos afoitamente considerar o indicativo da presença franciscana numa cidade como um sinal preciso da importância demográfica dos locais onde eles se estabelecem. Esta conclusão permite, portanto, utilizar as informações da história mendicante com maior segurança, mesmo para preencher eventuais lacunas de outra documentação. Com efeito, verificamos que a lista de tabeliães de 1290 diverge da dos conventos, por faltarem naquelas quatro localidades onde estes existiram: Braga, Porto, Beja e Portalegre.

Já vimos as razões da omissão das duas primeiras cidades. Sendo sujeitas ao senhorio eclesiástico, estavam isentas da jurisdição régia. Associando os critérios mencionados anteriormente, podemos calcular que o Porto devia situar-se entre as cidades mais importantes, pois teve um convento franciscano e um dominicano fundados com pouco intervalo na década de 1230, teve uma judiaria com três comunas (como a de Lisboa), e foi visitado pelo rei com a maior frequência: era o pólo das suas deslocações ao Além Douro. O Porto devia, portanto, situar-se entre as cidades mais populosas e prósperas do país, talvez com o terceiro lugar, isto é, entre Santarém e Guimarães.

Quanto a Braga, o cálculo é difícil, porque o regime senhorial manteve-se com toda a firmeza: impediu a fundação de um convento regular de franciscanos e de dominicanos, a implantação de judeus e a visita frequente dos reis.

A importância do que vimos a estudar é ainda maior para o caso de Beja e Portalegre. Não há razão nenhuma plausível para terem sido omitidas na lista de tabeliões, pois nem uma nem outra pertenciam a qualquer senhorio particular. A sua importância urbana confirma-se, no entanto, porque ambas as cidades tiveram judiarias, e a de Beja devia ter sido até bastante importante, porque vem referida nos documentos régios desde a época de Afonso IV. Ambas as cidades foram frequentadas por D. Dinis, que permaneceu longos períodos em Portalegre ou nas suas proximidades, e visitou Beja frequentemente. Enfim, sabemos que em 1320 havia umas oito igrejas em Portalegre, com um rendimento de 461 libras, e quatro em Beja, com o enorme rendimento de 3.897 libras.

Podemos assim verificar que o panorama urbano de Portugal medieval se pode tornar bastante mais preciso do que se pensava até agora. A revelação, feita em 1958, dos documentos de D. Dinis, por Oliveira Marques, permitiu descobrir um fenómeno global até aí desconhecido: a enorme quantidade de pequenos centros de *habitat* concentrado na região da Beira Alta e a importância já considerável de povoados como a Covilhã, Guarda, Trancoso ou Lafões, superior até às cidades episcopais, como Viseu ou Lamego. Permitiu também descobrir com exactidão a importância relativa das maiores cidades, evidenciando-se assim, por exemplo, o relevo de Santarém e Lisboa, seguidas a bastante distância por Guimarães.

Comparando este panorama com o mapa que se pode desenhar a partir do rol dos besteiros de 1417, descobria-se uma tendência para a concentração em Lisboa e Santarém na constelação de povoados da Estremadura, e a deslocação da nebulosa da Beira Alta para o Alto Alentejo. Aqui, aparecem, com efeito, no princípio do século xv, uma enorme quantidade de lugares que fornecem contingentes de besteiros superiores a vinte e cinco e até com contingentes de oitenta homens em Beja e Elvas, de mais de cem em Évora. Nesta zona, há pelo menos cinco lugares que fornecem mais de trinta besteiros além dos referidos, e outros tantos que têm de dar vinte e cinco<sup>(10)</sup>.

Esta constelação de centros urbanos entre Marvão e Beja é sem dúvida um fenómeno típico da transição do século xiv para o século xv, mas a documentação mendicante mostra que se podem ir buscar as suas origens já à segunda metade do século xiii. Com efeito, ao grupo de cidades constituído por Évora, Estremoz e Elvas, com mais uns dez centros menores conhecidos em 1290, podemos agora acrescentar mais dois centros importantes, Portalegre ao Norte, e Beja ao Sul. A presença de franciscanos permite situá-los entre o grupo de cidades com um nível pelo menos igual ao das três citadas há pouco.

Por último, temos de notar que as fundações franciscanas no Algarve, em Tavira e Loulé em 1328, se devem interpretar como indício do desenvolvimento daquelas cidades no princípio do século xiv, oitenta anos depois da conquista cristã. As judiarias da mesma região aparecem um pouco mais tarde, no reinado de Afonso IV, não naquelas cidades, mas em Faro, e só depois, com Pedro I, em Tavira, Loulé e Silves.

Ora nenhuma destas localidades é mencionada no rol dos tabeliões. Se não se trata de ausência fortuita como a que se dá para Beja e Portalegre, é sinal de que o desenvolvimento algarvio parece ter sido lento, apesar da protecção de Afonso III, testemunhado pelos forais de Silves de 1266 e dos mouros forros de Loulé, Tavira e Faro de 1269<sup>(11)</sup>. Provavelmente, só depois de 1300 é que estas cidades recuperaram a importância económica que tinham tido sob o domínio muçulmano e que ficara afectada ao serem separadas dos circuitos económicos do Mediterrâneo com a Reconquista.

Não pretendo, evidentemente, reduzir os motivos das fundações franciscanas a factores económicos e sociais. O que quis dizer até aqui foi apenas que estes criam situações típicas propícias ao género de apostolado desenvolvido pelos frades. Mas existem também outros factores que condicionaram a sua implantação no reino. Lembrou-me principalmente de dois: a procura das cidades episcopais, para estarem perto do centro de decisão das instituições eclesiásticas, e o provável propósito de garantirem uma cobertura relativamente uniforme da maioria do país.

A primeira destas razões leva os franciscanos ao Porto, Lamego, Coimbra, Lisboa, Guarda e Évora. Só ficam ausentes de duas cidades episcopais, Viseu e Silves, e têm apenas um hospício em Braga, pelas razões já explicadas.

A segunda leva-os também a Guimarães, Bragança, Leiria, Santarém, Portalegre e Beja.

Como é óbvio, nenhum destes motivos é exclusivo nem alternativo: uma grande parte das vezes todos se associam para atrair os frades. O que aqui acrescentamos, não se destina apenas a mostrar que pode haver algumas razões da implantação franciscana além dos motivos sócio-económicos, mas também que, além do seu apostolado junto da população urbana mais desfavorecida, podem ter talvez começado desde cedo a pregar também em meios rurais, em torno das cidades que constituíam o seu *habitat* próprio.

## II

A sucessão cronológica das fundações franciscanas tem também um significado específico. Depende, por um lado, da dinâmica própria da Ordem, por outro das circunstâncias conjunturais do país. Estas, por sua vez, são de natureza económica, social, política ou religiosa.

Em termos globais, creio poder distinguir cinco períodos na história franciscana portuguesa do século XIII. Primeiro, o das fundações de tipo eremítico, junto às cidades, em oratórios muito humildes com comunidades dinâmicas, mas consideradas simultaneamente edificantes e inofensivas pelas autoridades civis e eclesiásticas. A seguir, desde cerca de 1230, durante uns quinze anos, vem a época das represálias eclesiásticas e senhoriais, com episódios e confrontações mais graves no Porto, Guimarães e Leiria. Mais tarde, de 1245 a 1266, o período que se poderia chamar, mesmo com risco de exagero, de «ofensiva franciscana»: é aquele em que aparecem as primeiras construções de conventos nas cidades, em que as questões já não são de confrontação com a autoridade senhorial, mas de tipo canónico, acerca da jurisdição sacramental e pastoral, aquele período em que os frades são apoiados pela Santa Sé, apesar dos protestos e tentativas de oposição dos ordinários do lugar, e apesar, até, de algumas hesitações papais no fim do pontificado de Inocêncio IV. Em quarto lugar, entre 1266 e 1286, os anos em que os frades conseguem vencer a resistência dos bispos ou chegam a acordos com eles, constroem activamente as suas novas igrejas e conventos, penetram resolutamente no interior das cidades, desempenham cada vez mais missões canónicas de confiança por incumbência da Santa Sé, começam a ocupar alguns lugares nas sés diocesanas e são protegidos pelos reis. Finalmente, desde 1286 — a data da fundação do convento de Beja — a transição para a normalidade institucional, a inserção pacífica nas estruturas civis e eclesiásticas, a rápida diminuição do ritmo das fundações.

Procurando agora relacionar esta dinâmica com as condições materiais e espirituais do País, recordemos que as primeiras fundações, de 1217, se dão no mesmo ano da conquista de Alcácer do Sal, que libertou Lisboa da pressão muçulmana, e que tornou cada vez menos perigosa a existência das comunidades cristãs na zona fronteira, isto é, na linha do Tejo, para além da qual havia nessa altura apenas uma ponta avançada, em Évora (12).

Efectivamente, às três fundações de Alenquer, Guimarães e Lisboa, junta-se, em 1221, a de Coimbra, que, por essa altura devia ser considerada a cidade onde o rei permanecia mais frequentemente, e em 1224 a de Évora, que por então se encontrava ainda na zona dos combates com os Almóadas. Esta preferência dos franciscanos pelo limite entre o país cristão e o muçulmano deve-se provavelmente relacionar com a precoce relação que eles desde essa altura procuraram com Marrocos. Foi ela que levou ao martírio dos cinco mártires, que suscitou a vocação de Santo António, e que provocou a admiração e o entusiasmo de uma Cristandade ainda fortemente polarizada pela sua confrontação com o mundo islâmico. Cáceres, a chave das posições almóadas no ocidente peninsular, só foi conquistada em 1227, e Elvas, ainda mais ao norte do que Évora, depois da tentativa infrutífera de Sancho II, só foi definitivamente ocupada em 1229<sup>(13)</sup>. A fundação do convento franciscano de Évora deu-se, portanto, pouco antes da nomeação do primeiro bispo franciscano de Marrocos em 1227.

Deve-se, portanto, sublinhar o carácter ao mesmo tempo humilde e ousado das primeiras fundações franciscanas, na orla da Cristandade, numa época em que havia ainda muito poucas ordens religiosas nas cidades da fronteira, e em que estas eram habitadas sobretudo por comerciantes e cavaleiros vilãos ou cavaleiros das camadas inferiores da nobreza, à busca de aventuras para ganharem «honra» ou para poderem subsistir. A afluência de nobres da velha estirpe, de chefes de linhagem e de cortesãos a Lisboa, e sobretudo a Santarém, só se dá desde a época de Afonso III, que escolheu justamente estas duas cidades como lugares onde residia mais frequentemente<sup>(14)</sup>.

As fundações do segundo período que considerámos, de 1230 a 1245, coincidem com a época progressivamente mais perturbada do reinado de Sancho II. A situação de conflito que se manifestou também nas lutas deste rei com alguns bispos, e que depois levou à sua destituição pelo papa Inocêncio IV, parece ter atingido mais gravemente a zona senhorial do País, isto é, o Entre Douro e Minho, e parte da Beira, ou seja as dioceses de Braga, do Porto e de Lamego. A conhecida carta do bispo do Porto, Pedro Salvadores, ao capítulo geral dos Dominicanos de Burgos, em 1238, alega justamente as referidas perturbações para justificar o pedido de fundação de um convento na cidade<sup>(15)</sup>. Por essa altura já o mesmo bispo procurava impedir a fundação franciscana no Porto, expulsava ou perseguia os frades, mandava saquear e incendiar a sua casa. Eles tiveram de recorrer à autoridade papal para se defenderem. Em 1237 já o papa tinha censurado o bispo e encarregado os de Braga, Viseu e Lamego de os protegerem<sup>(16)</sup>. Verifica-se, portanto, que Pedro Salvadores hesitava quanto às medidas religiosas a tomar perante a crise. Provavelmente temia que o apostolado mais popular dos franciscanos agravasse os conflitos sociais latentes ou já francamente desencadeados. Com efeito, sabemos que, em data desconhecida, mas entre 1238 e 1240, o concelho do Porto lançou um manifesto dirigido a todos os bispos do País, para protestar contra as violentas medidas tomadas por Pedro Salvadores contra a gente da cidade a pretexto de reprimir uma revolta, pois ele tinha chegado a mandar enforcar alguns cidadãos e vender os seus filhos e mulheres como escravos<sup>(17)</sup>. Os frades, de resto, não eram perseguidos, por essa altura, apenas na cidade do Porto. Os da diocese de Braga também sofriam vexames, e por isso foram postos sob a protecção do bispo e de alguns capitulares de Orense, por bula de Gregório IX, de Agosto de 1238<sup>(18)</sup>. Novo sinal das perturbações que por essa época assolavam o norte do País, e de que os frades eram também vítimas, fosse da parte dos senhores, fosse da parte dos bandos de salteadores. Isso não os atemorizou, porque persistiram na fundação do Porto, e não abandonaram a de Guimarães. Acabaram por conseguir ver reconhecida a sua casa do Porto em 1244 ou 1245, isto é, justamente no momento em que a anarquia dá lugar à guerra civil entre D. Sancho II e o príncipe D. Afonso.

Se as perturbações do Norte foram, como me parece, uma das circunstâncias que mais contribuíram para fazer aumentar o fluxo migratório em direcção ao Centro e Sul do País, que os avanços da fronteira meridional tornavam agora regiões mais seguras,

compreende-se o aumento da população das cidades da Beira interior, ou mesmo de outras destinadas, pela sua posição estratégica a tornarem-se centros económicos importantes, embora alguns deles de uma prosperidade passageira. Compreende-se assim que os emigrados à busca de melhores condições de vida afluíssem à Covilhã, à Guarda, a Leiria, ou mesmo a Estremoz e a Santarém, isto é, a cidades onde os franciscanos fundaram novos conventos durante este período. Esta série de deduções vem portanto confirmar o que já antes tínhamos concluído através das características urbanas de Trancoso, da Covilhã e da Guarda. As fundações franciscanas não resultam, evidentemente, da crise social nem nos movimentos migratórios da época, mas a sua implantação pode ter a ver com elas.

A situação de um certo reajustamento populacional, relacionado, primeiro, com um agravamento da pressão senhorial no Norte, depois com o afluxo de marginalizados à Beira e às cidades do Centro e do Alto Alentejo, confirma-se ainda com a notícia da existência de bandos de salteadores nas Beiras durante o princípio do reinado de Afonso III. Os bispos de Braga, de Coimbra e da Guarda ainda se queixavam contra eles em 1250, nas cortes de Guimarães<sup>(19)</sup>. A guerra civil de 1245-1248, que atingiu mais duramente a Beira e a zona de Coimbra e Leiria, viera, pois, agravar a situação na zona da fronteira entre o país senhorial e o país concelhio.

O apostolado franciscano não deve ter contribuído pouco para resolver as dificuldades sociais da época, que depois haviam de diminuir consideravelmente com a expansão económica da segunda metade do século XIII e com a melhoria da administração política e fiscal conduzida por Afonso III. Foi talvez uma das razões que levou este rei a favorecê-los com a sua protecção. Não a única, sem dúvida, porque Afonso III devia também favores directos aos frades menores. Na verdade, era franciscano Fr. Desidério, o comissário papal encarregado de lhe dar a posse do trono, quando foi nomeado pela Santa Sé curador e defensor do reino, foi o mesmo comissário que intimou Sancho II a resignar<sup>(20)</sup>, e foram também os guardiães dos conventos de Covilhã e da Guarda, os encarregados pelo arcebispo de Braga e o bispo de Coimbra de censurarem o príncipe Afonso de Castela com as penas canónicas, quando ele penetrou no nosso território para se pôr ao lado de Sancho II<sup>(21)</sup>. Sinal de que, se a Santa Sé já confiava a franciscanos algumas das mais espinhosas missões internacionais, também os bispos portugueses consideravam os frades como os mais aptos a desempenharem não menos espinhosos encargos, devido à sua independência e autoridade espiritual. Foi certamente o facto de eles terem procurado as populações desprotegidas e carenciadas dos deslocados que afluíam às cidades, de desenvolverem junto deles um apostolado desinteressado, que lhes deu um papel de relevo, que decerto não procuraram, naquela situação de conflito.

Durante o período seguinte, de 1266 a 1286, as fundações franciscanas de Portalegre, Bragança, Lamego e Beja, inscrevem-se numa expansão ainda normal, mas menos empreendedora, que agora se destinaria sobretudo, talvez, a assegurar melhor as suas actividades pastorais. Mas estas, provavelmente, já não se caracterizavam por uma busca das situações de ponta, digamos assim, na zona da fronteira com o Islão, ou junto das cidades mais procuradas pela emigração interna. Ao mesmo tempo que a resistência das autoridades eclesiásticas à expansão franciscana diminuía, normalizava-se também a vida social e política do País, numa época de expansão económica e demográfica: as feiras e o comércio activam-se, as tarefas produtivas enraizam-se, difunde-se uma certa prosperidade. Se alguma relação se pode encontrar entre as fundações franciscanas desta época e a situação social e económica do País, é o facto de elas parecerem, agora, acompanharem a última fase do repovoamento medieval do País, pelo menos nos casos de Beja, Estremoz e Portalegre. É o que se pode talvez admitir, ao verificar que estas fundações se dão em lugares que tiveram forais em datas tardias: Beja em 1253, Estremoz em 1258<sup>(22)</sup> e Portalegre só na época de D. Manuel. A fundação franciscana nestas cidades, é, portanto, uma prova da criação de estruturas urba-

nas nestas cidades, que os forais régios vieram pela mesma época favorecer ou sancionar. A comparação entre as datas dos forais e as das fundações permite justamente verificar os casos em que o tecido urbano e a população se organiza, umas vezes antes, outras depois de a autoridade régia lhe conceder um estatuto legal determinado.

No caso do Algarve, que já abordámos na primeira parte desta comunicação, as datas das fundações franciscanas também ajudam a situar com mais precisão o período de formação das estruturas urbanas, mas mostram que elas são bastante tardias apesar dos forais de Afonso III.

Resta-me fazer uma breve referência aos conventos de Clarissas. Queria apenas sublinhar que as suas fundações se inscrevem num contexto completamente diferente. Por um lado, tanto se podem situar num meio urbano como noutra perfeitamente rural, sem que, neste caso, se notem diferenças importantes por comparação com os antigos mosteiros beneditinos ou cistercienses. Por outro lado, estão intimamente relacionados com a protecção da alta nobreza e da família régia. Assim acontece com o mosteiro de Entre os Rios, fundado em 1257 por iniciativa de D. Châmoa Rodrigues <sup>(23)</sup>, de Santa Clara de Coimbra, em 1288, por D. Mór Dias e depois protegido por Santa Isabel <sup>(24)</sup>, de Vila do Conde, em 1314 pelo poderoso bastardo régio Afonso Sanches <sup>(25)</sup>, etc. O convento de Clarissas cujo enquadramento sociológico lembra mais, nas suas origens, o dos frades menores, é o de Lamego, que reúne, em 1258 antigas beguinhas da cidade, mas que foram transferidas no ano seguinte para Santarém com ajuda de Afonso III <sup>(26)</sup>. Mas este mesmo convento veio depois a adoptar o modelo aristocrático, sob protecção de Leonor Afonso, filha daquele rei <sup>(27)</sup>. As Clarissas tomavam, portanto, o lugar das monjas cistercienses que no princípio do século XIII, tinham sido os conventos preferidos pelas senhoras da alta nobreza, depois de, na segunda metade do século XII, elas terem professado preferentemente nos beneditinos. O dinamismo das Clarissas manteve-se durante todo o século XIV e deu provavelmente lugar a uma maior diversificação social com a fundação de conventos mais abertos a vocações não nobres.

Eis o que me pareceu poder concluir de uma breve comparação entre as fundações franciscanas do século XIII e o contexto social, económico e político em que elas se deram. Como pude verificar aqueles que já conhecem os factos em que me baseei, não vêm apresentar nenhuma novidade para a história franciscana. O que me parece menos conhecido é a contribuição importante que ela pode trazer para a história urbana. Creio bem que as simples observações que aqui fiz se poderão alargar consideravelmente se em vez de utilizarmos apenas as crónicas do século XVII, examinarmos a documentação mendicante inédita, na qual se encontram, sem dúvida, as mais abundantes informações para a história das cidades. Espero que um dia este estudo se faça de maneira sistemática e aprofundada.

Prof. JOSÉ MATTOSO

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas  
Universidade Nova de Lisboa

## NOTAS

- (1) Jacques Le Goff, «Ordres mendiants et urbanisation dans la France médiévale (enquête du Centre de recherches historiques)», in *Annales*, 25 (1970), p. 924-946.
- (2) A. H. de Oliveira Marques, *Ensaio de história medieval portuguesa*, Lisboa, 1980, pp. 51-92.
- (3) Fr. Manuel da Esperança, *Historia seráfica da Ordem dos Frades Menores na Província de Portugal*, II, Lisboa, 1666, p. 3.
- (4) Fr. António do Rosário, «Dominicanos», in *Verbo. Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, VI (1967), col. 1671.
- (5) Fr. Manuel da Esperança, *o.c.*, I, Lisboa, 1656, pp. 67-68.
- (6) *Ibid.*, II, p. 90; I, p. 398, 423.
- (7) O rol das igrejas foi publicado por Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, IV, Porto, 1971, pp. 92-143; Centro de Estudos Históricos, *Itinerários régios medievais. I. Itinerário del-rei D. Dinis, 1279-1325*, Lisboa, 1962; João J. Alves Dias, «Itinerário de D. Afonso III (1245-1279)», in *Arquivos do Centro Cultural Português*, 15 (1980), pp. 453-519; Maria José Pimenta Ferro, *Os Judeus em Portugal no século XIV*, Lisboa, 1979, p. 20.
- (8) Maria José Pimenta Ferro, *Os Judeus em Portugal no século XV*, Lisboa, 1980 (dissertação policopiada), p. 63-64.
- (9) Documento publicado por António Caetano de Sousa, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, 2.ª ed., III-I, pp. 451-455.
- (10) *Ibidem*, pp. 451-452.
- (11) *Portugaliae Monumenta Historica, Leges*, pp. 706, 715.
- (12) Seguimos a cronologia de F. Félix Lopes, «Franciscanos», in *Verbo*, VIII, col. 1552, e, nos casos por ele omitidos, a de Fr. Manuel da Esperança, *o.c.*
- (13) Luís Gonzaga de Azevedo, *História de Portugal*, VI, p. 37, a corrigir quanto à data da conquista de Cáceres que é de 1227 e não de 1229; Manuel Tuñon de Lara, dir., *Historia de España*, IV, Madrid, 1980, p. 24.
- (14) J. Mattoso, «Les nobles dans les villes portugaises du moyen âge», art. a publicar na colectânea de homenagem a J. Gautier Dalché.
- (15) L. Gonzaga de Azevedo, *o.c.*, VI, pp. 65-66.
- (16) Fr. Manuel da Esperança, *o.c.*, I, pp. 397-403.
- (17) L. Gonzaga de Azevedo, *o.c.*, VI, p. 189.
- (18) Fr. Manuel da Esperança, *o.c.*, I, p. 143.
- (19) *Portugaliae Monumenta Historica, Leges*, pp. 189-190.
- (20) Fr. Manuel da Esperança, *o.c.*, I, p. 474.
- (21) *Ibidem*, I, p. 480; L. Gonzaga de Azevedo, *o.c.*, VI, p. 114.
- (22) *Portugaliae Monumenta Historica, Leges*, pp. 640, 679.
- (23) Fr. Manuel da Esperança, *o.c.*, pp. 558-562.
- (24) *Ibidem*, II, p. 19 e segs.
- (25) *Ibidem*, II, p. 165 e segs.
- (26) *Ibidem*, I, p. 50 e segs.
- (27) *Ibidem*, I, p. 527 e segs.